



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM BAIXA VISÃO

Autor: Flaviano Moura Pereira; Orientadora: Sara Cristina dos Santos Freires

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, flaviano-paulista@hotmail.com

RESUMO: O Atendimento Educacional Especializado – AEE – busca atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, por meio de recursos adaptados que contribuam para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos possibilitando-lhes desenvolver autonomia na realização de suas atividades tanto na sala comum quanto em sala de aula. Este trabalho focaliza a experiência do professor de (AEE) que acompanhou uma estudante com baixa visão. E com base nesse contexto, tem como objetivo refletir sobre as práticas de aprendizagem direcionadas ao aluno com deficiência visual - baixa visão. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa que dá suporte as reflexões acerca da inclusão escolar e o atendimento especializado a alunos com baixa visão, e de campo quando se tem o relato de experiência da atuação do atendimento educacional especializado para adaptação e inclusão de uma aluna com baixa visão. O estudo bibliográfico é baseado em autores que versam sobre a temática discutida sendo eles: Mantoan (2006), Pasian (2017), (Konkel et al., 2015), e Siaulys (2006) e as políticas públicas que versam sobre a temática e os decretos que regularizam a Educação Especial no país entre outros.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Visual. Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco de pesquisa a experiência do professor de Apoio Educacional Especializado doravante (AEE) que acompanhou uma estudante com deficiência visual, mais especificamente, baixa visão. Este estudo parte da premissa que todos tem direito a educação e de estar matriculado em sala de ensino regular, nesse sentido ressalta que a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394 de 1996 e outros documentos legais subsidiam a educação especial numa perspectiva inclusiva no Brasil.

A inclusão escolar é construída a partir de lutas educacionais pelo mundo, pois os conhecimentos e o desenvolvimento do homem se constroem, mediante o ato de interagir e se comunicar com o ambiente em que vive, por essa razão, a escola deve proporcionar aos seus educandos uma formação que desenvolva os seus potenciais como um todo, é necessária, a valorização da diversidade, como



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



uma característica inerente de pessoa ou grupos sociais. Nesse contexto tem-se em evidência o AEE realizado em todas as esferas da educação brasileira.

O AEE é uma rede de serviços voltada à população da educação especial, ou seja, “alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/talentos” matriculados na rede regular, cuja tarefa é “identificar, desenvolver e organizar percursos pedagógicos, recursos de acessibilidade para suprimir os obstáculos dos alunos à sua participação, levando em consideração suas necessidades específicas. “Recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

Estamos em busca de desenvolver práticas que aprimorem a aprendizagem em todas as áreas da educação. Este artigo tem como objetivo relatar alguns dos trabalhos realizados no acompanhamento de um aluno com deficiência visual - baixa visão. Neste contexto, surge a seguinte pergunta: quais são os meios mais eficazes para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual - baixa visão?

Justifica-se a escolha da temática por ser um debate atual e necessário a ser consolidado no âmbito educacional, principalmente no que se refere à formação de professores e auxiliares que trabalham no atendimento de alunos com deficiência visual. Ainda encontramos educadores que demonstram insegurança e inquietude ao se depararem com a perspectiva de acolher crianças com necessidades especiais em suas turmas. Nesse contexto, para promover uma educação inclusiva mais eficaz, é crucial não apenas oferecer formação para os professores, mas também para todos os colaboradores da instituição escolar, visto que o aluno não se limita ao ambiente da sala de aula.

Dessa forma, sugere-se então ao professor, ampliar seu repertório de estratégias e recursos educacionais de modo a responder às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes; criar um clima propício para a aprendizagem e a convivência, com base no respeito e valorização das diferenças, de maneira a promover a compreensão e apoio mútuo entre os estudantes e os docentes; e por fim, embasar sua gestão em ações participativas, não apenas entre os distintos



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



atores da comunidade escolar, mas com outros especialistas em benefício da aprendizagem de todos.

Em suma, a metodologia do nosso trabalho consiste em um relato descritivo apresentando como acontece um atendimento à aluna com baixa visão. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa que dá suporte as reflexões acerca da inclusão escolar e o atendimento especializado a alunos com baixa visão, e de campo quando se tem o relato de experiência da atuação do atendimento educacional especializado para adaptação e inclusão de uma aluna com baixa visão. O estudo bibliográfico é baseado em autores que versam sobre a temática discutida sendo eles: Mantoan (2006), Pasian (2017), (Konkel et al., 2015), e Siaulys (2006) e as políticas públicas que versam sobre a temática e os decretos que regularizam a Educação Especial no país entre outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Atendimento Educacional Especializado na formação de professores

A formação de educadores tem sido tema de debate no meio educacional por um longo período. Houve diversas transformações no âmbito da educação que, de certa forma, contribuem para a formação do professor ligado ao ensino em nossa nação. Recentemente, houve uma atualização importante no que diz respeito à formação de professores, realizada pelo MEC e nessa nova diretriz, estão contempladas as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. O intuito desse parecer é seguir as normas da Legislação Educacional e as decisões do Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de estabelecer diretrizes e uma base comum para a formação de professores da Educação Básica, levando em consideração as demandas educacionais atuais e as propostas presentes na BNCC (Brasil, 2019, p.1).

Quanto à formação do professor que trabalha no Atendimento Educacional Especializado, segundo o artigo 12 da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, é



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRS



necessário que "o professor tenha formação inicial para ser capaz de ensinar e também uma formação específica em Educação Especial" (Brasil, 2009).

Ao avaliar o conceito mencionado acima, pode-se concluir que o Serviço de Apoio Pedagógico Especializado é uma necessidade atual na área da educação. Portanto, é fundamental discutir a capacitação dos educadores, visto que, é válido destacar a importância de conhecer métodos e estratégias adequadas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Dessa forma, torna-se imprescindível uma formação especializada no campo da educação inclusiva. Por falar em inclusão Mantoan (2006) define a inclusão como:

Nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro (MANTOAN, 2006, p. 96).

Conforme a autora acima, o processo de inclusão está vinculado ao entendimento psicossocial, na qual há uma aceitação e uma convivência com o outro, sem receio e sem discriminação. A luta pela educação inclusiva é um assunto que vem sendo debatido não só no Brasil, mas mundialmente, em todos os países, as classes baixas sofrem discriminações cruéis.

Mantoan (2006, p. 80) ressalta que "as transformações exigidas pela inclusão se estendem a todos os alunos de uma turma e reconhecem a capacidade de adaptação intelectual desses aprendizes aos conhecimentos escolares, independentemente dos níveis de compreensão a que consigam chegar". Porém, para que a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino se efetive, não basta somente a promulgação de leis que determinem a capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas públicas, estas são sem dúvida, são medidas essenciais, no entanto é necessário que os profissionais envolvidos conheçam e compreendam a essência da educação inclusiva e saibam oferecer uma educação de qualidade.



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



É possível afirmar que um professor bem preparado, seja no início ou ao longo de sua carreira, estará mais apto a atender de forma eficaz às demandas sociais atuais (Brasil, 2019). A atuação dos professores na educação inclusiva demanda um investimento significativo, incluindo a formação inicial e continuada desses profissionais, que devem adaptar suas práticas para atender à diversidade dos alunos, muitos dos quais possuem necessidades específicas de aprendizagem. Propomos, assim, um programa de capacitação docente voltado para o ensino de habilidades de leitura, escrita e alfabetização de jovens e adultos com deficiência intelectual, com a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI) apoiado por recursos tecnológicos.

A capacitação do educador no âmbito do curso de Pedagogia, por exemplo, é voltada para o desenvolvimento do saber profissional docente. Esse saber engloba matérias, métodos de ensino, currículo, didática, entendimento dos estudantes e do ambiente educacional. Entretanto, no campo da Educação Especial, frequentemente essa preparação é genérica, pois há pouca interação com essa área e não proporciona uma formação adequada para que esse profissional consiga lidar de forma eficaz com alunos com necessidades especiais, principalmente em relação ao AEE (Brasil, 2019)

De forma ampla, o AEE foi desenvolvido com o propósito de colaborar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas, agrupados em três categorias: Deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtorno Global do Desenvolvimento, que abrange iniciativas direcionadas à integração escolar do público-alvo da Educação Especial. Adicionalmente, as atividades do AEE devem ocorrer em Salas de Recursos Multifuncionais, equipadas com "materiais didáticos e pedagógicos, além de mobiliário e equipamentos adequados para a prestação do atendimento educacional especializado" (Brasil, 2011)

É fundamental destacar a importância da capacitação do professor no AEE, a fim de abordar de forma adequada as necessidades individuais dos alunos, levando em conta seus diferentes ritmos de aprendizagem e características específicas. O intuito é garantir que pessoas com deficiência desenvolvam habilidades práticas e sociais essenciais, ao mesmo tempo em que se promove a facilitação da



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



aprendizagem, contribuindo para o bem-estar pessoal e social. Dessa maneira, é claro que os educadores devem trabalhar juntos para incentivar a inclusão na educação, sendo fundamental uma capacitação constante e direcionada nos dias de hoje.

O AEE desempenha um papel importante, pois proporciona oportunidades para a inclusão e auxilia na formação de hábitos e atitudes dos alunos. Conforme estabelecido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o AEE é um direito do aluno com deficiência, garantindo atendimento gratuito em todas as fases da educação, preferencialmente dentro da rede regular de ensino (Brasil, 2011).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se no Brasil um movimento de democratização dos sistemas educacionais e de valorização dos direitos humanos, resultando na implementação das primeiras políticas educacionais que reconhecem a educação como um direito fundamental de toda a população. O artigo 205 da Carta Magna de 1988 estabelece que a educação, sendo um direito de todos e uma responsabilidade do Estado e das famílias, deve ser fomentada e encorajada com a participação da sociedade, com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento individual, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho (Brasil, 1988).

Com o intuito de assegurar as condições necessárias para a aprendizagem de todos os alunos, no ano de 2007, o Ministério da Educação estabelece o Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, dentro da Política Nacional de Educação Especial com foco na Educação Inclusiva. Entre suas metas, o projeto tem o objetivo de garantir que os alunos da educação especial tenham acesso total ao ensino regular, em condições iguais aos demais estudantes (Brasil, 2010, p. 9, grifo nosso).

O AEE ocorre ainda nas salas de recursos multifuncionais (SRM) e é voltado para os estudantes com necessidades educacionais especiais no contraturno das aulas regulares. O profissional responsável por esse atendimento deve identificar, criar e organizar materiais pedagógicos e de acessibilidade, a fim de remover as barreiras que impedem a participação plena dos alunos levando em consideração suas necessidades individuais (Brasil, 2008).



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



Nesse interim, é importante destacar que "as tarefas realizadas no atendimento educacional especializado apresentam características distintas das atividades na sala de aula regular, não podendo ser consideradas como uma substituição da educação escolar". (Brasil, 2008, grifo nosso). As práticas realizadas no Atendimento Educacional Especializado serão personalizadas para cada indivíduo beneficiado. De acordo com o que é mencionado por Brasil (2008b), esse suporte irá complementar e/ou reforçar a educação dos estudantes. Dessa maneira, um especialista irá atender diversas necessidades no AEE, e irá elaborar variadas atividades.

De acordo com Felício, Fantacini e Torezan (2016),

É possível observar que os professores normalmente possuem especialização em apenas uma disciplina da Educação Especial, porém assumem a responsabilidade de atender a todos os alunos do público-alvo da Educação Especial nas salas de recursos multifuncionais de suas respectivas cidades. (FELICIO, FANTACINI E TOREZAN, 2016, p. 144).

Nesse sentido, um especialista irá atender o público-alvo da educação especial de maneira personalizada, além de desenvolver métodos e estratégias de ensino em colaboração com os professores regulares, com o objetivo de garantir a aprendizagem de todos os alunos que participam do AEE. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2008a), é essencial: "promover a integração com os professores da sala de aula convencional, a fim de disponibilizar serviços, recursos pedagógicos, acessibilidade e estratégias que incentivem a participação dos alunos nas atividades escolares".

O professor de AAE atua na busca de facilitar a vida das pessoas com deficiência através da disponibilidade de recursos para a participação em diversas atividades, com o intuito de aumentar a independência, autonomia e qualidade de vida. Este profissional tem a função de encontrar maneiras e ferramentas que permitam a integração plena do aluno com deficiência. Como se ver a seguir;

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE

II ENCONTRO DAS
LICENCIATURA EAD DA UFRSA



- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

É evidente que os profissionais que atuam no AEE possuem diversas responsabilidades, tais como identificar, desenvolver, criar e organizar recursos e serviços pedagógicos que atendam às necessidades individuais de cada aluno na Educação Especial. Além disso, é necessário estabelecer parcerias com diferentes áreas, orientar os docentes e famílias sobre os métodos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos estudantes tanto na sala de aula regular quanto no AEE e em suas interações sociais. De acordo com Nascimento (2009, p. 4),

“Na medida em que a “orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino”.

Pertile e Rossetto (2015, p. 1192, grifo dos autores) destacam a importância de habilitar adequadamente os professores que trabalham no AEE para lidar com diversas atividades que demandam conhecimentos específicos. Em resumo, a capacitação inicial ou em serviço do profissional que atuará no AEE deve prepará-lo para atender os estudantes de acordo com suas necessidades educacionais, em conformidade com as diretrizes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

2.2 O AEE para alunos com baixa visão



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



A presença de Pessoa com Deficiência (PCD) no meio escolar já é uma realidade; com o intuito de proporcionar um ensino especializado de qualidade a esses alunos, abordaremos neste item algumas das características importantes relacionadas aos estudantes com limitações na visão.

A pessoa com baixa visão ou visão subnormal apresenta uma redução na sua capacidade visual que interfere ou limita seu desempenho, mesmo após a correção de erros de refração comuns. A baixa visão pode ocorrer por traumatismos, doenças ou imperfeições no órgão ou no sistema visual. Um dos seus traços principais é a diversidade de problemas visuais que ela pode gerar. As pessoas com baixa visão podem ter baixa acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido e problemas na visão de contraste, entre outros (LAPLANE e BATISTA, 2009, p. 210).

Conforme apontado por Siaulys (2006), o estudante com deficiência visual reduzida pode enfrentar os desafios a seguir:

A crença equivocada de que a incapacidade de enxergar está sempre associada a desafios de aprendizado, e até mesmo a falta de habilidade mental, devido à falta de conhecimento sobre as capacidades dos indivíduos com deficiência visual; existem alguns dilemas de identidade ligados ao fato de ele não se encaixar totalmente na categoria de cego ou de vidente. Isso pode afetar seu desenvolvimento de forma negativa, pois a falta de experiências adequadas para sua maturação pode limitar a capacidade de minimizar os impactos causados pela falta de visão. A falta de estímulo ou a limitação de vivências relevantes podem prejudicar o crescimento educacional da criança. Competências que se relacionam com os sentidos visuais, como: Compreensão de ideias; Deslocamento e locomoção; e Regulação do contexto (SIAULYS, 2006, p.44).

Novamente concordando com Siaulys (2006, p.44), “a chegada de um estudante com deficiência visual requer uma preparação completa por parte da escola, já que a atenção às suas necessidades específicas deve ser abrangente em todos os setores escolares”. Segundo Mantoan (2010, pp.19-20), o AEE vem sendo executado de duas maneiras distintas:

- A primeira conhecida como especiais ou especializadas são destinadas as pessoas com deficiência, ou seja, salas especiais organizadas dentro da escola comum, essa forma de organização substitui totalmente o acesso à escola regular.
- A segunda maneira de executar o ensino especializado é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, é a que trata o atendimento educacional



**I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE**
**II ENCONTRO DAS
LICENCIATURA EAD DA UFRSA**



especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que é específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em ambientes oficiais.

É fundamental que os docentes e colegas compreendam as condições visuais do indivíduo com baixa visão, incluindo quais ajustes são necessários nas brincadeiras, jogos e atividades. Dessa forma, é essencial oferecer ao aluno oportunidades e tempo adequado para que ele demonstre suas competências e habilidades.

Assim, Konkel, Andrade e Kosvoski afirmam da seguinte forma:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir processos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade e as necessidades dos aprendizes. Antes das rampas físicas, as escolas precisam construir rampas pedagógicas. É possível avançar quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida e avaliada (2015, p.781).

A educação precisa ser colaborativa, a organização da sala em grupos ou duplas promove a ajuda e o apoio entre os alunos. A cooperação, o desenvolvimento de laços de amizade e solidariedade são fundamentais para o progresso de todos. A participação da família é essencial em todo o processo de inclusão do aluno, pois pode fornecer informações valiosas sobre suas necessidades.

No próximo tópico será apresentado a metodologia do trabalho, onde o mesmo foi pautado em uma pesquisa teórica e de campo na busca de compreender melhor o funcionamento do AEE para os alunos com baixa visão. O progresso do estudo, descrevendo a metodologia adotada, a delimitação do objeto de estudo, os indivíduos envolvidos, os métodos de coleta de dados e as fases passadas para interpretar as informações.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa em questão busca compreender o AEE quando se refere ao atendimento do aluno com baixa visão. Em primeiro momento esta pesquisa é



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



fundamentada em um embasamento teórico, visto que a revisão bibliográfica é realizada com o propósito de reunir informações já existentes sobre teorias, com o objetivo de examinar, elaborar ou elucidar um objeto de estudo. O levantamento bibliográfico busca, portanto, examinar as principais teorias de um assunto e pode ter diversos objetivos (Chiara, Kaimen, et al., 2008).

Em um segundo momento, a pesquisa acontece em campo uma abordagem qualitativa, quando o pesquisador vai em busca de informações práticas que confirmam a teoria já discutida anteriormente. A abordagem qualitativa adota uma metodologia descritiva e analítica, que inclui a observação, a aplicação de questionários e entrevistas. “A metodologia é compreendida como o percurso seguido pelo pensamento e pela prática ao se abordar a realidade” (Minayo, 2010, p.14).

3.2 Lócus da pesquisa

O local da pesquisa é uma escola regular da rede municipal de ensino. A escola fica localizada em um bairro periférico da Cidade, a mesma tem 204 crianças regularmente matriculadas no Ensino Fundamental Anos Iniciais. As salas de recurso da rede municipal são organizadas em Atendimento Educacional Especializado (AEE), englobando as diversas áreas na mesma sala, ou seja, D.V(deficiência Visual, D.A (deficiência auditiva), D.F(deficiência física), e D.I (deficiência intelectual).

Na sala de aula, pude constatar que também possuem uma grande quantidade de materiais como: televisão, DVD, computadores, notebook, impressora, CDs, rádio, jogos diversos, CDS, mesa redonda para 8 cadeiras, colchonetes, brinquedos, lousa. O local da pesquisa é uma escola regular da rede municipal de ensino.

Público-alvo da pesquisa

A professora regente do AEE e uma aluna com baixa visão. Segundo Chizzotti (2006), na pesquisa todas as pessoas que dela participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.

3.3 Coleta de dados



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



Para coleta de informações, recorreu-se a observações, e questionários. “Conscientes de que o papel do observador vai além de apenas ver, sendo fundamental também identificar e descrever as diversas interações e processos humanos” (VIANNA, 2003, p. 12). Foi realizado um questionário com questões fechadas e abertas. E foram realizadas visitas que possibilitaram a observação direta em sala de aula, em espaço e tempo determinado de acordo com os atendimentos das salas, além de observações diretas com os alunos matriculados.

As perguntas foram formuladas considerando os elementos essenciais para atender à questão de estudo, a partir das observações feitas no mesmo contexto. Cada questionário foi identificado, de forma que o respondente pudesse saber quem estava conduzindo a pesquisa e qual era o propósito dela. Dessa maneira, compreendemos que o questionário é uma ferramenta de pesquisa composta por um conjunto de perguntas, em maior ou menor quantidade, apresentadas por escrito, com o intuito de proporcionar um determinado conhecimento ao pesquisador. Assim, durante o processo de pesquisa, foi possível utilizar, além do questionário, a técnica da observação como um importante meio de coleta de dados, realizada de forma simples e direta, possibilitando a complementação das informações conforme alguns aspectos da realidade apresentada foram evidenciados pelas atitudes dos sujeitos no momento da entrevista.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o relato do questionário, a professora regente responsável pelo AEE, a aluna cursa o 5º ano, tem 10 anos, estudante de escola pública Municipal. O Diagnóstico da Deficiência conforme laudo/avaliação: A aluna tem baixa visão, com acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

De acordo com a portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 do ministério da saúde, do Art. 1. § 1º. considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira. E § 2º, considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) (BRASIL, 2006, p. 2).



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



Segundo relatos da professora do AEE que é Licenciada em Educação Especial, a estudante possui um laudo de deficiência visual, a aluna demonstra interesse constante e busca incessante superar as dificuldades. Apresenta notável força de vontade e determinação na busca pelos seus objetivos. As salas de recursos funcionam em escolas públicas, aderem ao modelo de Salas de Recursos Multifuncionais (modelo do MEC), que atende aos alunos que são PAEE, ou seja, alunos com deficiência física, sensorial ou intelectual, além de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades ou Superdotação (Brasil, 2008).

O atendimento da aluna ocorre duas vezes por semana, mais precisamente toda terça-feira e quinta-feira no período vespertino, com uma hora e meia de duração, e este vem sempre acompanhado pela mãe, a aluna é extremamente calma, um pouco tímida, mas desenvolve bem as atividades propostas pela professora do AEE, pois o atendimento individual faz com que ele se sinta mais à vontade.

A sala em que os estudantes são atendidos pelos professores do AEE. É amparado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Falcão Coelho como será apresentado a seguir. Nesse contexto o PPP da escola, abarca as ações que se refere ao AEE a sala de aula, foi criada no intuito de atender os alunos com deficiência inseridas no ensino regular, oportunizando os seus direitos e deveres diante da vida, da liberdade, da saúde e educação, o que implica no exercício pleno de sua cidadania.

O objetivo desse atendimento é: 1. Estimular a expressão dos sentimentos e narração de fatos em sequência lógica. 2. Estimular a leitura e a interpretação de pequenos textos. Para alcançar os objetivos será proposto as seguintes atividades; Jogos das carinhas: O aluno deverá identificar as expressões em cada carinha apresentada e relatar o tipo de sentimento ou reação que esta representa. O aluno será estimulado a criar uma história baseada na sequência apresentada.

4.1 A necessidade de materiais acessíveis e adaptados

Os recursos didáticos manipulativos desempenham um papel crucial facilitando a aprendizagem do aluno, atendendo as suas necessidades específicas.



**I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE**
**II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRS**



Estes recursos estimulam outros sentidos por meio de texturas, marcas em relevo, escrita em Braille, entre outros, proporcionando ao aluno cego um ambiente de manipulação e investigação. Essa abordagem oferece ao aluno com baixa visão, oportunidades de desenvolver conceitos sobre como reproduzir conhecimentos e experiências de determinadas combinações, além de desenvolver a criatividade dos alunos na capacidade de resolver problemas e apresentar-lhes uma visão melhor do mundo.

O AEE busca atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, por meio de recursos adaptados que contribuam para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos possibilitando-lhes desenvolver autonomia na realização de suas atividades tanto na sala comum quanto em sala de aula.

Para a escrita é necessário o uso de um guia de referência numérica, um banco de palavras e o alfabeto impresso para consulta do aluno, quando precisar, pois, poderá ajudá-lo a formar memória visual dos traçados gráficos. Colar as letras sobre tampas de garrafa, caixas de vídeo ou de fósforo, deixa as peças mais altas e fáceis de visualizar para quem possui baixa visão.

Para atuar no AEE, o professor deve possuir formação básica que o qualifique para o exercício da docência, bem como formação específica em educação especial (formação inicial ou continuada). O professor da sala de recursos desempenha um papel muito importante na educação do aluno com deficiência visual, porém, é necessário possuir as ferramentas necessárias para possibilitar o ensino especializado (Lima, 2009).

É extremamente necessário que o projeto educativo da escola envolva toda a comunidade escolar na discussão das necessidades, possibilidades e dificuldades do aluno e da escola a fim de promover um ambiente que englobe diferentes estilos de aprendizagem, interação e participação. É papel da escola educar na diversidade, formar um ser humano multicultural, capaz de ouvir, estar atento aos diferentes e respeitá-los.

Assim, na educação inclusiva, como nas demais modalidades de ensino, é necessário focar inteiramente no aluno planejando o processo de ensino individualmente, com a intenção de atingir os objetivos traçados para o aluno através



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



da combinação da metodologia presencial. Usando atividades que expõem os alunos a uma variedade de situações promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas aos conteúdos e à socialização dos alunos ao longo do processo juntamente com o uso de ferramentas de avaliação que têm a mesma finalidade.

O Plano de Atendimento Individual de AEE resulta das escolhas do professor de AEE quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum.

4.2 Atividades realizadas com a aluna de baixa visão

A professora realiza várias atividades com a aluna, e faz uso de tecnologias como o uso do gravador e outros recursos de tecnologia assistiva que lhe facilitem o aprendizado; elabora histórias orais diversas, estimulando a aprendizagem dos conteúdos por meio da escuta de historinhas. Prática jogos de orientação; como por exemplo: “A bola. Pegue a bola. Chute a bola. Jogue a bola para cima”. Usa brinquedos contrastantes, coloridos, luminosos, de diversas texturas e tamanhos, para reconhecer formatos.

Jogos de orientação; Exemplo: “A bola. Pegue a bola. Chute a bola. Jogue a bola para cima”. Usar brinquedos contrastantes, coloridos, luminosos, de diversas texturas e tamanhos, para reconhecer formatos. Poderá ser utilizadas pranchas (Jogos de percepção visual) com imagens em sequência para estimulação da construção de frases e diálogo. Contação de historinhas e após ouvir a história o aluno será estimulado a recontá-la oralmente, interpretando o sentido do texto.

Para isso será necessário adequar o material, à apenas textos e atividades escritas de acordo com o interesse e as possibilidades da aluna. Como uso do Computador; Aparelho de som; Jogos (dominó, quebra cabeça e jogos de montar); Instrumentos musicais; Materiais alternativos produzidos pelos alunos e pela professora; Lego e outros jogos de encaixe.

A professora informa que, quando preciso, oferece orientações aos professores da sala regular e demais colaboradores. Salienta que a sala de apoio



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRSA



não se trata de um espaço de reforço, mas sim de suporte ao processo de aprendizagem. Destaca-se que os apêndices são encerrados a cada dois meses, documentando o progresso do estudante ao longo do período, com a assinatura do educador especializado, coordenador pedagógico e diretor da escola.

O registro de atendimento, elaborado diariamente, inclui as seguintes informações: descrição da atividade realizada, objetivo proposto e avaliação do comportamento do aluno durante a atividade. A professora menciona que, como o AEE (atendimento educacional especializado) é uma abordagem educacional inovadora focada na excelência, ainda estão em fase de adaptação em relação à acessibilidade.

No entanto, as parcerias necessárias são: Professores do AEE e coordenador escolar. A avaliação será realizada diariamente através da observação envolvimento e participação do aluno nas atividades.

5. CONCLUSÃO

Com o processo de mudanças na concepção da educação emergindo, apresenta-se a Educação Inclusiva, centrada na concepção de que os sistemas de ensino devem realizar mudanças em sua organização para que seja possível a oferta de atendimento educacional para todos, incluindo estudantes com especificidades, eliminando as barreiras físicas, ou seja, entraves que impeçam ou dificultem a participação social do estudante, bem como o usufruir de seus direitos, barreiras atitudinais, que são todo ou qualquer comportamento que prejudique a interação social da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), barreiras de comunicação, consideradas obstáculos para a interação dos estudantes visualização de textos diálogos, falas orais ou formas de se expressar pela escrita (Brasil, 2015).

As discussões realizadas durante a pesquisa de campo reforçaram a importância do atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com deficiência visual. Foram evidentes o empenho e o interesse da aluna em superar suas dificuldades, demonstrando determinação na busca pelos seus objetivos. O AEE é realizado duas vezes por semana, com duração de uma hora e meia, sempre acompanhado pela mãe da aluna. A sala em que ocorre o atendimento é amparada



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFERSA



pelo Projeto Político Pedagógico da escola, que busca promover a inclusão e garantir os direitos e deveres dos alunos com deficiência. No que diz respeito aos recursos e materiais adaptados, fica claro que eles desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem do aluno, proporcionando a ele oportunidades de manipulação e investigação.

As atividades realizadas com a aluna de baixa visão incluem o uso de tecnologias assistivas, histórias orais, jogos de orientação e materiais adaptados. É destacado que a sala de apoio não é um espaço de reforço, mas de suporte ao processo de aprendizagem. O registro de atendimento é feito diariamente, com informações sobre as atividades realizadas, objetivos e avaliação do comportamento do aluno. Ainda estão sendo realizadas adaptações para garantir uma abordagem educacional mais acessível. As parcerias entre os professores do AEE e o coordenador escolar são essenciais, e a avaliação é feita diariamente por meio da observação do envolvimento e da participação do aluno nas atividades.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular/ autora do projeto** Mara Olimpia de Campos Siauyls – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2019.



BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011** – Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC, 2010.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-sala-s-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 1º jun. 2020.

CHIARA, I. D.; KAIMEN, Maria Júlia; CARELLI, Ana Esmeralda. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

FELICIO, Natália Costa de; FANTACINI, Renata Fernandes; TOREZAN, Keila Roberta. Atendimento educacional especializado: reflexões acerca da formação de professores e das políticas nacionais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, p. 139-154, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1508>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KONKEL, Eliane Nilsen. ANDRADE, Cleudane. KOSVOSKI, Deysi Maia Clair. **As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental**. Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2015.

LIMA, E. C; NASSIF, M. C. M.; FELIPPE, M. C. M. **Convivendo com a baixa visão: da criança à pessoa idosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

LIMA, N. M. F. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade no município polo de Campina Grande-PB - da política oficial à prática explicitada** / Niédja Maria Ferreira de Lima. - - João Pessoa: UFPB, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escola: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org) **Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade**. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor**. Caderno de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 964- 981, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2020.



I SEMINÁRIO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E AEE
II ENCONTRO DAS
LICENCIATURAS EAD DA UFRS



PERTILE, Eliane Brunetto; ROSSETTO, Elisabeth. Trabalho e formação docente para o atendimento educacional especializado. In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 4, p. 1.186-1.198, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6219>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Gráfica e Editora Cromos**: Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2012.

SIAULYS M. O. C. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular: orientação aos professores do ensino regular**. Brasília, DF: Ministério de Educação Especial, 2006.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano, 2003.